



Daniel Oliveira
danieloliveira.lx@gmail.com

NÃO RARAS RARÍSSIMAS

A principal eficácia da reportagem da TVI sobre a Raríssimas foi dar ao abuso de poder uma ilustração quase caricatural, através da arrivista que dirigia uma organização filantrópica. Mas muito do que a reportagem denuncia pode ser encontrado noutras ONG, IPSS e associações. Muitas são estruturas quase familiares ou unipessoais, sem qualquer escrutínio dos associados ou rotatividade de dirigentes. Não é rara a confusão entre utilização privada e associativa de recursos financeiros ou logísticos. Assim como não é raro o nepotismo. Exemplo: seis dos sete dirigentes da AMI têm o apelido Nobre.

A maioria das IPSS faz um bom trabalho junto das populações. A própria Raríssimas o faz e isso valeu-lhe prémios internacionais, apoio público de personalidades políticas de todos os quadrantes e financiamento de empresas e do Estado. Mas não é por se dedicarem a atividades altruístas que estão imunes a todos os pecados que podemos encontrar onde haja poder e dinheiro. E não há organizações menos escrutinadas do que estas. Porque a sociedade vive na ilusão de que elas foram bafejadas pela santidade, porque a anemia cívica nacional faz com que tenham pouco ativismo e porque se instalou a ideia de que devem cumprir cada vez mais funções que estavam entregues ao Estado — na Educação, na Saúde e no apoio à pobreza. Uma transferência anual de cerca de dois mil milhões de euros, só da Segurança Social, que tornou o “negócio” da solidariedade demasiado apetecível, com algumas instituições a tratarem os serviços sociais como feudo seu. É o caso do Banco Alimentar, que, recentemente, mobilizou as associações da sociedade civil para que se recusassem a participar num projeto europeu de ajuda alimentar em Lisboa porque ele dava mais instrumentos de controlo do Estado sobre quem eram os beneficiários.

O trabalho feito pelo sector social e solidário não garante mais empenho e honestidade do que o trabalho feito por serviços do Estado. Por uma questão de proximidade e especificidade, pode, por vezes, ser mais eficaz. Mas dá menos garantias de responsabilização. A presidente da Raríssimas é um retrato berrante do que está em causa. A solidariedade dá poder. Substituir o poder do Estado pelo poder das instituições de solidariedade laicas ou religiosas, transferindo para elas cada vez mais recursos públicos, é substituir o poder de quem está sujeito a regras democráticas, ao dever de neutralidade e ao escrutínio público pelo poder de organizações que podem representar interesses particulares ou confessionais. O terceiro sector é necessário. Mas quando usa dinheiros do Estado tem de garantir a igualdade de acesso, a transparência no funcionamento e a utilização racional de recursos. A dimensão das transferências de funções do Estado para este sector, passando de complementar a substituto, torna quase impossível fiscalizar o cumprimento destes deveres. Mais difícil será se se instalar a ideia de que o Estado tutela estas instituições e anda a fiscalizar se gastam dinheiro que não é público em gambas e vestidos. Isso é o papel da sociedade civil. E chegamos ao verdadeiro problema: estamos a transferir imensas funções para instituições com muito pouca massa crítica e participação cívica, que se transformaram em meros prolongamentos informais do Estado. E é aí que aparecem bons negócios e os seus arrivistas.

Eurodeputado do PSD, correlator do Plano Juncker no Parlamento Europeu, coordenador do PPE na Comissão dos Orçamentos

Plano Juncker 2.0: oportunidade para Portugal

José Manuel Fernandes

Esta semana, o Parlamento Europeu aprovou o reforço e a extensão do Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE) — Plano Juncker 2.0 — que passará a mobilizar 500 mil milhões de euros até 2020.

O Plano Juncker tem como objetivo principal aumentar o investimento na UE através do financiamento de projetos que não conseguem financiar-se no mercado nem noutros fundos europeus.

Este instrumento de financiamento prova a solidariedade da UE: os empréstimos concedidos têm uma garantia assegurada por todos os Estados-membros, através do orçamento da UE e do Banco Europeu de Investimento.

Desde a sua aprovação em 2015, o FEIE — que pretendia mobilizar 351 mil milhões de euros até 2018 — já mobilizou mais de 250 mil milhões de euros em investimento e apoiou mais de 520 mil PME. Em Portugal, já foram mobilizados mais de 5,5 mil milhões de euros em investimento e apoiadas mais de 2 mil PME. Portugal é o quarto país da UE em termos de investimento mobilizado pelo FEIE em relação ao PIB, ficando atrás apenas da Estónia, Bulgária e Grécia.

O Plano Juncker 2.0 coloca Portugal numa posição privilegiada. Na verdade, o novo fundo facilita o financiamento de pequenos projetos, “acarinha” as regiões menos desenvolvidas, incrementa o apoio do Advisory Hub (uma plataforma de aconselhamento ao investidor), permite o financiamento de infraestruturas rodoviárias nos países da coesão

e alarga o financiamento a áreas como a floresta, as pescas, a agricultura, a ação social ou a cultura.

Portugal tem a obrigação de aumentar o investimento! Não faltam exemplos! Temos de tornar mais eficiente e concluir a rede de abastecimento público de água e saneamento. Finalizar ligações de parques industriais e portos às autoestradas. Renovar e construir novos equipamentos sociais e de saúde. A valorização da floresta e a construção de centrais de biomassa, além do valor económico que acrescentam, têm uma missão de prevenção e defesa do ambiente. Portugal tem interesse na “união da energia” e devia desafiar a Espanha e a França para a criação de um plataforma de investimento, onde os países vizinhos, como Marrocos, poderiam participar.

Para cada uma destas áreas temáticas, o Governo deveria empenhar-se em criar uma plataforma de investimento, onde se associasse o Plano Juncker 2.0, os fundos estruturais a que temos acesso e os instrumentos financeiros nacionais que deviam ser criados.

O acordo de parceria — Portugal 2020 — prevê que Portugal utilize 1,7 mil milhões de fundos estruturais para a criação de instrumentos de financiamento. Ainda assim, neste momento, estamos a assistir ao esvaziamento da Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD — Banco de Fomento). É um erro grave, uma oportunidade perdida. Precisamos de uma IFD forte e experimentada — opção ainda mais justificada pelo previsível incremento de instrumentos financeiros a nível europeu. Acresce que o Plano Juncker 2.0 reforça o papel das IFD na gestão das plataformas, dando-lhes inclusivamente a possibilidade da gestão da garantia para a aprovação de projetos.

O Plano Juncker 2.0 permite criar novas soluções para o investimento, constituindo mais uma oportunidade que temos de aproveitar. Mãos à obra!



ILUSTRAÇÃO FILIPE ABRANCHES



Henrique Raposo
henrique.raposo79@gmail.com

PAULA E OS JOSÉS

Paula Costa, ex-presidente da Raríssimas, faz lembrar José Sócrates na atitude, nos gestos, nas palavras. Aliás, ao ver a reportagem da TVI sobre a Raríssimas, pensei que um filme sobre o início da carreira de Sócrates seria algo parecido, seria algo com aquele deslumbramento, aquele arrivismo e, sobretudo, com aquela sensação de impunidade, aquele sentimento inebriante que nasce da ideia de que temos no dedo um anel que nos torna invisíveis e imunes à lei e à moral. Como o próprio confessou, Sócrates queria mostrar aos snobes do PS que um beirão nascido fora dos berços lisboetas também era capaz de mandar; o que podia ter sido uma história de ascensão admirável (como Belmiro ou Cavaco) acabou no maior caso de corrupção da democracia. Sócrates podia ter sido Benito Prada, mas escolheu ser Rastignac. À sua escala, a história de Paula Costa é parecida, embora tenha um começo mais luminoso. Na ascensão de Sócrates só se vê desejo de poder pelo poder, não parece haver perda da inocência. A ascensão de Paula é diferente: começa com a morte de um filho e com o renascimento através de uma causa notável. Até mais do que Sócrates, esta mulher é uma personagem literária.

Apesar das diferenças na escala e na moral, os dois casos revelam como Portugal é demasiado permeável à amoralidade ou imoralidade do arrivista que não se sente limitado por regras; os dois casos revelam a facilidade com que alguém desprovido de pruridos institucionais corrompe o sistema. Sinto-me indefeso, estamos indefesos. Repare-se como o Estado que ainda não deu as indemnizações aos desgraçados que perderam tudo nos incêndios é o mesmo Estado que é pornograficamente permeável aos desejos de quem tem poder (Sócrates, Paula Costa, Manuel Delgado). Estamos indefesos, porque temos uma cultura política que secundariza as regras que limitam o poder. Pior: privilegia o “bom nome”, a “honra” a “consciência tranquila” do coração quem tem poder. Isto é uma falácia política. Como dizia Arendt, o coração humano é demasiado opaco. E não falo em “coração” e em “consciência” por acaso. É que o “coração” e a “consciência” podem ser os biombo perfeitos para a impunidade. O deslumbramento de Paula Costa tem uma causa evidente: uma IPSS como a Raríssimas tem uma boa imprensa automática, pois parece ser a personificação do bem. Sucede que este é também o cenário ideal para a vaidade. Mais uma vez, as semelhanças com José Sócrates são notáveis. O PS goza de uma impunidade geral na sociedade portuguesa, porque é visto como uma espécie de enorme IPSS; é como se no Rato morassem os donos exclusivos do coração ou — como eles dizem — da “ética republicana”.

E é aqui que entra a personagem principal deste pesadelo, José Vieira da Silva, o homem que nunca vê nada, o homem que nunca suspeitou de José Sócrates, o homem que nunca suspeitou de Paula Costa. O grande problema de Portugal não é a ação dos Sócrates e das Paulas, é a inação dos Vieira da Silva. No fundo, o caso Raríssimo é só uma maquete, um microcosmos, dessa enorme fraude coletiva que nos assombra: José Sócrates fez o que fez com a conivência de Vieira da Silva e de todos os ministros, deputados e notáveis do PS.

Membro da Comissão Executiva da CGTP-IN responde a desafio da OIT O futuro do trabalho e a valorização do trabalho e dos trabalhadores

Augusto Praça

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) fará 100 anos em 2019 para comemorar a efeméride a conferência internacional, lançou um desafio, aos seus constituintes, para que estes reflectissem sobre o futuro do trabalho face à evolução científica e tecnológica, a qual coloca novos desafios para o mundo de trabalho, ao permitir que as máquinas possam substituir os trabalhadores e deste modo.

Com esta reflexão pretende-se procurar respostas para garantir os direitos e protecção daqueles que têm como única fonte para viver os rendimentos de trabalho.

Tendo presente os desafios que a evolução científica e tecnológica coloca, a CGTP-IN promoveu uma conferência internacional com representantes sindicais dos diversos continentes para conjuntamente procurar respostas aos desafios que a evolução científica e tecnológica nos coloca.

Do debate ficou claro que nunca antes na história da humanidade se produziu tanta riqueza como hoje, mas esta está concentrada nas mãos

de um por cento da população mundial, afastando os demais no acesso a rendimentos que lhes permita viver dignamente.

Os dados conhecidos referem que 99% da população mundial tinham um rendimento anual de 3851 USD (*per capita*) em 2014, enquanto aqueles que integravam o segmento dos 1% mais ricos tinham um património de 2,7 milhões de USD (*per capita*).

Mais de 300 milhões de trabalhadores vivem com menos de 1,25 USD/dia, a maioria dos quais em países do chamado terceiro mundo.

Cem anos depois, o dia a dia da maior parte dos trabalhadores continua a ser marcado por muitos dos problemas do passado e, nos casos em que houve ganho de direitos e melhoria das condições de vida, estes estão a ser postos em causa e está a ser imposto o seu retrocesso.

A Declaração de Filadélfia (1944) continua a ter plena validade quando, refere que “se qualquer nação não adoptar um regime de trabalho realmente humano, essa omissão constituiria um obstáculo aos esforços de outras nações que desejem melhorar a sorte dos trabalhadores no seu próprio país”.

A liberdade e o direito de constituir as suas organizações representativas

continua nos nossos dias a ser violada, em muitas partes do mundo, incluindo na Europa.

A preocupação central do centenário da OIT deve ser a discussão sobre o modo de concretizar os princípios da sua Constituição e as suas Convenções Fundamentais, sob pena de, não o fazendo, favorecer o aprofundamento da competição internacional baseada nos interesses do capital e na retirada de direitos aos trabalhadores, ou seja, no retrocesso.

O papel determinante da luta dos trabalhadores na evolução histórica da humanidade e na defesa dos seus legítimos direitos, interesses e aspirações colectivas e individuais, nas múltiplas dimensões de cidadãos e criadores de riqueza material e espiritual a defesa e emancipação cívica, económica, social e cultural, combatendo as injustiças, as desigualdades, as discriminações, as exclusões, o egoísmo, o racismo, a xenofobia, a alienação cultural e a exploração económica do sistema capitalista, na perspectiva histórica da edificação de uma sociedade sem classes implica que a evolução tecnológica seja posta ao serviço de todos e não de uma pequena mão de famílias que controlam a economia mundial.